

1 SIMULADOS DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPCs – RESOLUÇÃO

Segue o gabarito comentado do nosso simulado, galera. Questões bem selecionadas de diversas bancas e com diversos graus de dificuldade. Algumas delas abordavam mais de um Pronunciamento Contábil e isso é muito legal, pois torna as questões ainda mais complexas.

Fico feliz com o interesse e a participação de todos vocês, um forte abraço.

Prof Julio Cardozo

2 LISTA DE QUESTÕES

1) **(FBC/Exame Suficiência/CFC/2016.2)** Uma Sociedade Empresária, no seu Balanço Patrimonial em 1º.1.2015, possui dois terrenos, "A" e "B", no valor contábil de R\$38.400,00 e R\$64.000,00, respectivamente.

Em 31.12.2015, diante de um indicativo de perda, realizou testes de recuperabilidade que lhe proporcionaram as seguintes conclusões:

- Se o terreno "A" fosse vendido, obter-se-ia um valor líquido das despesas de venda de R\$48.000,00 e, pelo uso, poderia gerar benefícios econômicos no valor de R\$32.000,00.
- Se o terreno "B" fosse vendido, obter-se-ia um valor líquido das despesas de venda de R\$57.600,00 e, pelo uso, poderia gerar benefícios econômicos no valor de R\$51.200,00.

O Ativo Imobilizado dessa Sociedade Empresária é composto apenas por essas duas Unidades Geradoras de Caixa.

Considerando-se os dados apresentados e a NBC TG 01 (R3) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, o Valor Contábil do Ativo Imobilizado a ser apresentado no Balanço Patrimonial em 31.12.2015 é de:

- a) R\$83.200,00.
- b) R\$96.000,00.
- c) R\$102.400,00.
- d) R\$105.600,00.

Comentários:

No teste de recuperabilidade, aplicado a ativos imobilizados e intangíveis, conforme artigo 183, parágrafo terceiro da Lei 6.404/76 e CPC 01, em síntese, temos de comparar o valor contábil com o valor recuperável.

O valor recuperável é o maior entre o valor justo líquido de despesa de venda e o valor em uso.

Valor contábil > Valor recuperável → Perda reconhecida no resultado.
Valor recuperável > Valor contábil → Nada há que ser feito.

Terreno A

Valor contábil	38.400,00
Valor em uso	32.000,00
Valor de venda	48.000,00 (valor recuperável)

Nada há que ser feito, portanto.

Terreno B

Valor contábil	64.000,00
Valor em uso	51.200,00
Valor de venda	57.600,00 (valor recuperável)

Redução do valor ativo para R\$ 57.600,00, já que esse é o valor máximo que será recuperado. A empresa reconhece uma perda no resultado da ordem de R\$ 6.400,00.

D – Ajuste com perda por recuperabilidade (despesa)	6.400,00
C – Ajuste – red. valor recuperável (ret. ativo)	6.400,00

No balanço, ficará assim:

Terreno A	38.400,00
Terreno B	64.000,00
(-) Ajuste	(6.400,00)
Valor contábil	96.000,00

Gabarito → B.

2) **(FBC/Exame Suficiência/CFC/2016.2)** Uma Sociedade Empresária que desenvolve atividades rurais apresentou a seguinte posição em 31.12.2015:

Ativo Não Circulante – Imobilizado	
Colheitadeiras	R\$2.600.000,00
Depreciação Acumulada	R\$1.440.000,00

Informações:

- ✓ As colheitadeiras foram adquiridas e estavam disponível para uso na mesma data; o valor residual do grupo de colheitadeiras é de R\$200.000,00 e a vida útil prevista é de 10 anos.
- ✓ A partir de 1º.1.2016, essas colheitadeiras passaram a ser classificadas no grupo Ativo Não Circulante Mantido para Venda, pois foram desativadas em função da aquisição de outras colheitadeiras mais modernas.
- ✓ Em 1º.1.2016, o valor justo menos as despesas de venda das antigas colheitadeiras foi estimado em R\$1.500.000,00.

✓ Em 31.3.2016, as colheitadeiras antigas foram vendidas por R\$1.300.000,00 à vista.

Considerando-se as informações apresentadas e a NBC TG 31 (R3) – ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA E OPERAÇÃO DESCONTINUADA, na venda das colheitadeiras a Sociedade Empresária apresentou:

- a) perda de R\$60.000,00.
- b) ganho de R\$140.000,00.
- c) ganho de R\$200.000,00.
- d) perda de R\$200.000,00.

Comentários:

Questão interessante que exige do candidato conhecimentos sobre Ativo Não Circulante Mantido para venda e sobre o Teste de Recuperabilidade.

Em 1º. 1.2016, o valor contábil líquido das colheitadeiras era:

Colheitadeiras	R\$ 2.600.000,00
(-) Depreciação Acumulada	(R\$ 1.440.000,00)
= Valor Contábil Líquido	R\$ 1.160.000,00

Na mesma data, valor líquido de venda era R\$ 1.500.000, maior que o valor contábil.

De acordo com a NBC TG 01 – Redução ao valor recuperável de Ativos, não precisamos ajustar o valor contábil, visto que não há perda por recuperabilidade.

Além disso, as colheitadeiras foram reclassificadas como Ativo Não Circulante Mantido para venda e, como consequência, **não será mais depreciado**. Esse é um ponto chave para resolução da questão.

Em 31.3.2016 as colheitadeiras foram vendidas R\$ 1.300.000 e possuíam valor contábil de R\$ 1.160.000. Desse modo, a venda gerou um ganho de $1.300.000 - 1.160.000 = \text{R\$ } 140.000$.

Gabarito→B

3) **(FBC/Exame Suficiência/CFC/2016.2)** Uma Sociedade Empresária tem por política substituir cada máquina utilizada na produção após 5 anos de uso. Para uma determinada máquina adquirida em julho de 2016, foram apuradas as seguintes informações de vida útil:

- Vida útil média informada pelo fabricante: 15 anos
- Durabilidade média apurada pelas publicações técnicas especializadas: 12 anos.

Existe, na legislação tributária vigente, a possibilidade de se utilizar um período de 3 anos para depreciação, independentemente do real tempo de uso da máquina pela Sociedade Empresária.

Considerando-se os dados informados, e de acordo com a NBC TG 27 (R3) – ATIVO IMOBILIZADO, a vida útil da máquina a ser adotada, para fins de registro contábil da depreciação, será de:

- a) três anos, por ser o período de tempo admitido pela legislação tributária vigente, sem revisão anual.
- b) cinco anos, por ser o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo, sujeito a revisão anual.
- c) doze anos, por ser a durabilidade média apurada pelas publicações técnicas especializadas, sujeito a revisão anual.
- d) quinze anos, por ser o prazo médio de vida útil informado pelo fabricante, sem revisão anual.

Comentários:

Segundo a NBC TG 28 (R3), o valor depreciável de um ativo deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua **vida útil estimada**, que no caso da questão é de 5 anos.

De acordo com a mesma norma, o valor residual e a vida útil de um ativo são revisados **pelo menos ao final de cada exercício** e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo a NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Assim, a vida útil da máquina a ser adotada é de cinco anos, por ser o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo, sujeito a revisão anual. **Alternativa B.**

Vale destacar que algumas questões recentes fornecem o critério fiscal como forma de confundir o candidato, pois o critério que deve prevalecer é o critério contábil – melhor estimativa.

Gabarito→B

4) **(FGV/Analista Contábil/DPE MT/2015)** Em 20 de fevereiro de 2014 um incêndio destruiu a fábrica de uma filial da empresa "X", que teve perda de parte importante de suas máquinas.

Em 01 de março de 2014, a administração da empresa autorizou a divulgação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013.

Assinale o posicionamento correto da empresa, em relação ao incêndio, nas demonstrações contábeis publicadas em março de 2014.

- a) Gerar um ajuste no patrimônio líquido das demonstrações contábeis de 31/12/2013, mas não evidenciar nas notas explicativas.
- b) Não gerar ajuste nas demonstrações contábeis, mas evidenciar nas notas explicativas.
- c) Não gerar ajustes e nem evidenciar nas notas explicativas
- d) Mencionar o fato no Relatório da Administração apenas.

e) Divulgar um fato relevante para o mercado acionário.

Comentários:

A questão trata do CPC 24, mais especificamente de **eventos subsequentes**.

Segundo o artigo 176, parágrafo 5º, da Lei 6.404/76:

Art. 176, § 5º As notas explicativas devem:

IV – indicar:

i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia

Primeiramente, o que é um evento subsequente?

3. Os termos abaixo são usados neste Pronunciamento com os seguintes significados: Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- (a) os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes);
- (b) os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

No nosso enunciado, temos:

- Encerramento do exercício: 31 de dezembro de 2013.
- Incêndio: 20 de fevereiro de 2014.
- Autorização da divulgação das demonstrações contábeis: 01 de março de 2014.

Portanto, não resta dúvida de que é um evento subsequente (evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações). E mais, é um evento que se enquadra no item 3, b, do CPC 24.

O que faremos em relação às demonstrações contábeis? A resposta está no próprio CPC 24, item 3, que prega:

(...) Dois tipos de eventos podem ser identificados:

b) os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis (**evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes**).

Continuando...

21. Se os eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis são significativos, mas não originam ajustes, sua não divulgação pode influenciar as decisões econômicas a serem tomadas pelos usuários com base nessas demonstrações.

Consequentemente, a entidade deve divulgar as seguintes informações para cada categoria significativa de eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis que não originam ajustes:

- (a) a natureza do evento;
- (b) a estimativa de seu efeito financeiro ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita.

E mais...

22. A seguir, estão relacionados exemplos de eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis que não originam ajustes, os quais normalmente resultam em divulgação:

- (d) destruição por incêndio de instalação de produção importante após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis;

Portanto, analisemos as assertivas: o que a entidade deve fazer...

a) Gerar um ajuste no patrimônio líquido das demonstrações contábeis de 31/12/2013, mas não evidenciar nas notas explicativas.

Item incorreto. Não deve ser gerado ajuste nas demonstrações, mas, sim, divulgado.

b) Não gerar ajuste nas demonstrações contábeis, mas evidenciar nas notas explicativas.

Este é o nosso gabarito.

c) Não gerar ajustes e nem evidenciar nas notas explicativas.

Item incorreto. Deve ser divulgado em notas explicativas.

d) Mencionar o fato no Relatório da Administração apenas.

Item incorreto. Deve ser divulgado em notas explicativas.

e) Divulgar um fato relevante para o mercado acionário.

Item incorreto. Deve ser divulgado em notas explicativas.

Gabarito → B.

5) **(FGV/Auditor Fiscal/ISS Cuiabá/2014)** Em dezembro de 2013, a administração de determinada empresa decidiu encerrar as atividades em uma de suas unidades a partir de 2014, a fim de cortar custos. A notícia foi mantida em sigilo, sendo que apenas os diretores e o contador sabiam dos planos para esta unidade. Dado que os custos com rescisões trabalhistas eram estimados em R\$ 300.000,00 e, com outros gastos, em R\$ 150.000,00, o procedimento correto em 31/12/2013 foi

- (A) contabilizar uma provisão de R\$ 150.000,00.
- (B) contabilizar uma provisão de R\$ 225.000,00.
- (C) contabilizar uma provisão de R\$ 300.000,00.
- (D) contabilizar uma provisão de R\$ 450.000,00.
- (E) não contabilizar a provisão.

Comentários

A questão busca conhecimentos do CPC 25 – Provisões, que passamos a explicar.

Segundo a referida norma:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou **não formalizada**) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

O CPC ainda define o conceito de reestruturação, dizendo:

Reestruturação é um programa planejado e controlado pela administração e que altera materialmente:

- (a) o âmbito de um negócio empreendido por entidade; ou
- (b) a maneira como o negócio é conduzido.

E continua...

70. Exemplos de eventos que podem se enquadrar na definição de reestruturação são:

- (a) venda ou extinção de linha de negócios;
- (b) fechamento de locais de negócios de um país ou região ou a realocação das atividades de negócios de um país ou região para outro;
- (c) mudanças na estrutura da administração, por exemplo, eliminação de um nível de gerência; e
- (d) reorganizações fundamentais que tenham efeito material na natureza e no foco das operações da entidade.

Portanto, não resta dúvida de que se trata de uma operação de reestruturação. A questão gira agora em torno do reconhecimento ou não uma provisão. Vejamos...

71. Uma provisão para custos de reestruturação deve ser reconhecida somente quando são cumpridos os critérios gerais de reconhecimento de provisões estabelecidos no item 14. Os itens 72 a 83 demonstram como os critérios gerais de reconhecimento se aplicam às reestruturações.

Portanto, a questão pairaria sobre se a decisão da administração em encerrar as atividades seria uma obrigação presente **não formalizada** com escopo no artigo 14, a, do CPC 25.

Agora, vem o ponto chave para resolução da questão. Com fulcro no que diz o Pronunciamento:

75. Uma decisão de reestruturação da administração ou da diretoria tomada antes da data do balanço não dá origem a uma obrigação não formalizada na data do balanço, a menos que a entidade tenha, antes da data do balanço:

- (a) começado a implementação do plano de reestruturação; ou
- (b) anunciado as principais características do plano de reestruturação àqueles afetados por ele, de forma suficientemente específica, criando neles expectativa válida de que a entidade fará a reestruturação.

Com efeito, uma vez que a administração da entidade manteve as informações em sigilo, não cabe falar das exceções previstas nos itens a e b do item 75.

Portanto, nenhuma provisão há que ser reconhecida. SINISTRO!!!!!!!!!!!!!!

Gabarito → E.

6) **(AOCF/Prefeitura de Juiz de Fora/Contador/2016)** Algumas empresas podem ter resultados positivos (receitas maiores que as despesas - ganhos) ou negativos (despesas maiores que as receitas - gastos) na fase pré-operacional, ou seja, antes mesmo de sua abertura. Nesse caso, como deve ser o procedimento contábil para reconhecimento desses ganhos ou gastos quando do início de suas atividades?

- a) Deve ser reconhecido no grupo de Ativo Diferido – Despesas pré-operacionais.
- b) Deve ser divulgado somente em notas explicativas.
- c) Deve ser reconhecido no grupo de Ativo Diferido – Despesas pré-operacionais e em notas explicativas.
- d) Deve ser reconhecido no grupo de Despesas de Exercício Seguinte (DES) no Ativo.
- e) Deve ser reconhecido no resultado do primeiro exercício e divulgado em nota explicativa.

Comentários:

O Manual das S.A –FIPECAFI afirma que:

“Antes o procedimento usual das empresas em fase pré-operacional era o de diferir os gastos pré-operacionais, registrando-os no extinto grupo do ativo diferido para posterior

amortização. Em alguns casos podemos ter empresas que obtêm receitas durante a fase de implantação de empreendimentos. O ganho decorrente do confronto entre receitas e despesas atribuíveis a empreendimentos em fase de implantação deve ser reconhecido **no resultado do exercício.**”

Ademais, o CPC – 04, Ativo Intangível, ainda nos ensina:

69. Em alguns casos são incorridos gastos para gerar benefícios econômicos futuros à entidade, sem a aquisição ou criação de ativo intangível ou outros ativos passíveis de serem reconhecidos. No caso do fornecimento de produtos, a entidade deve reconhecer esse gasto **como despesa quando tiver o direito de acessar aqueles produtos**. No caso do fornecimento de serviços, a entidade deve reconhecer o gasto como despesa quando receber os serviços. Por exemplo, gastos com pesquisa devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos (ver item 54), exceto quando forem adquiridos como parte de uma combinação de negócios. Exemplos de outros gastos a serem reconhecidos como despesa quando incorridos:

(a) gastos com atividades pré-operacionais destinadas a constituir a empresa (ou seja, custo do início das operações), exceto se estiverem incluídas no custo de um item do ativo imobilizado, conforme NBC TG 27. O custo do início das operações pode incluir custos de estabelecimento, tais como custos jurídicos e de secretaria, incorridos para constituir a pessoa jurídica, gastos para abrir novas instalações ou negócio (ou seja, custos pré-abertura) ou gastos com o início de novas unidades operacionais ou o lançamento de novos produtos ou processos;

Gabarito→E

7) **(FGV/Auditor Fiscal/ISS Cuiabá/2014)** Em 01/01/2011, uma entidade adquiriu móveis para seu escritório no valor de R\$ 50.000,00. Os móveis têm vida útil estimada em seis anos e, ao final do sexto ano, a entidade pretende doá-los. Na data, são estimados gastos de R\$ 2.000,00 (a valor presente) com a remoção. O frete para a entrega dos móveis é de R\$ 500,00, e os custos de montagem, de R\$ 400,00. No entanto, no momento em que a entrega foi feita, o funcionário da loja arranhou a parede, e a entidade incorreu em gastos de R\$ 1.000,00 para pintá-la novamente. Como pedido de desculpas, o funcionário não cobrou pela montagem dos móveis. O valor contábil dos móveis, em 31/12/2013, era de:

- (A) R\$ 25.250,00.
- (B) R\$ 26.250,00.
- (C) R\$ 26.950,00.
- (D) R\$ 26.450,00.
- (E) R\$ 23.750,00.

Comentários:

Vejamos os cálculos para o imobilizado:

Valor da compra:	50.000,00
Gastos com remoção:	2.000,00
Frete:	500,00
Total	52.500,00

Os móveis têm vida útil de 6 anos. Em 31/12/2013, já terão 3 anos (foram comprados em 01.01.2011).

Assim, em 31.12.2013 os móveis já foram depreciados na metade do seu valor, e portanto o valor contábil será:

Valor original	52.500,00
(-) Depreciação Acumulada	(26.250,00)
= Valor contábil	26.250,00

A pintura da parede será contabilizada como despesa de conservação. E a montagem (que não foi cobrada) não será contabilizada.

Gabarito → B

8) **(CESPE/TRE-BA/Analista Judiciário/Ciências Contabilidade/2017)** Por meio de um contrato de cessão de direitos autorais, uma editora que está sujeita às regras contábeis estabelecidas pelo CPC adquire o direito de publicar, com exclusividade, determinada obra pelo prazo de cinco anos, esperando um retorno de 10% ao ano sobre o capital investido. Considerando os preceitos do pronunciamento contábil do CPC que disciplinam o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação de ativos intangíveis, assinale a opção correta a respeito da situação apresentada.

A O reconhecimento inicial dos direitos autorais adquiridos pela editora deve ser feito com base no valor de mercado, independentemente do valor negociado entre as partes no momento da transação.

B Dada a expectativa de retorno de 10% ao ano, permite-se que não se aplique o teste de valor recuperável de ativo aos direitos autorais adquiridos pela editora.

C Os direitos autorais adquiridos não estão sujeitos à amortização periódica de seu valor.

D As características dos direitos autorais adquiridos revelam que eles não podem ser considerados ativos identificáveis para fins de reconhecimento contábil desses ativos.

E As condições da contratação indicam que a editora passou a ter o controle sobre os direitos autorais por ela adquiridos

Comentários:

Segundo a Lei 6.404/76:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

VII – os direitos classificados no intangível, pelo custo incorrido na aquisição **deduzido do saldo da respectiva conta de amortização**; (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando

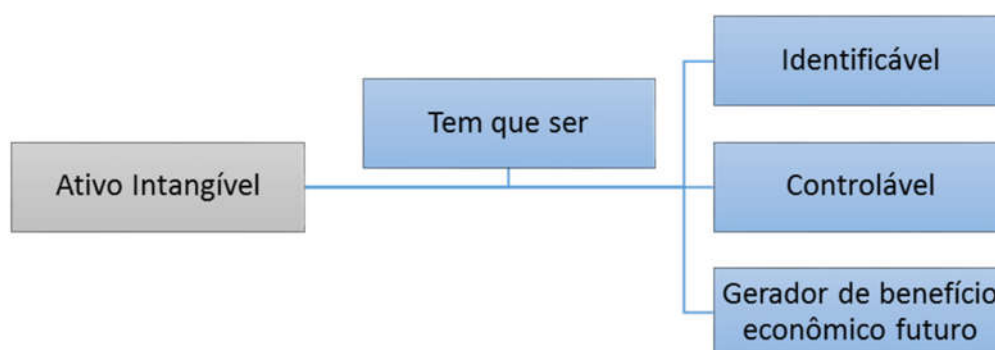
comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou **(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)**

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. **(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)**

Portanto, pela Lei 6.404/76 temos que os ativos intangíveis são:

- **Classificados inicialmente ao custo.**
- **Deduzidos do saldo de amortização.**
- **Sujeitos ao teste de recuperabilidade** para verificar se não produzirão os resultados desejados ou se a entidade decidir parar as atividades e, também, para revisar vida útil e amortização.

Com isso, eliminamos as alternativas “a”, “b” e “c”. Sobraram as alternativas “d” e “e”.: Sabemos que um item será considerado ativo intangível quando atenda esses três requisitos cumulativamente: **seja identificável; seja controlável; seja gerador de benefícios futuros.**

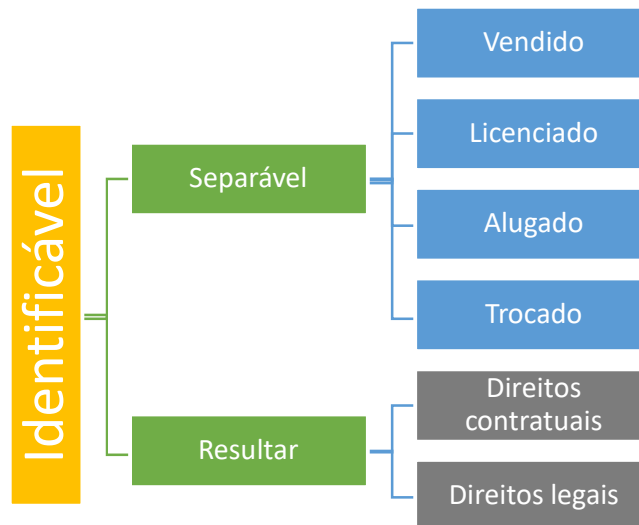


A alternativa “d” afirma que os direitos autorais não são identificáveis, mas isso não é correto, vejam:

Um **ativo satisfaz o critério de identificação**, em termos de definição de um ativo intangível, **quando**:

(a) for **separável**, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou **junto com um contrato**, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; (Obs: Podemos novamente citar como exemplo a aquisição de um software)

(b) **resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais**, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações. (Obs: Podemos citar como exemplo uma licença de pesca).



Diante das condições apresentadas, percebemos que os direitos autorais são identificáveis, pois foram cedidos por tempo determinado através de contrato.

Nosso gabarito é a alternativa "e" pois a editora passou a ter o controle sobre os direitos autorais por ela adquiridos. O CPC 04 afirma que:

13. **A entidade controla um ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.** Normalmente, a capacidade da entidade de controlar os benefícios econômicos futuros de ativo intangível advém de **direitos legais que possam ser exercidos num tribunal**. A ausência de direitos legais dificulta a comprovação do controle. No entanto, a imposição legal de um direito não é uma condição imprescindível para o controle, visto que a entidade pode controlar benefícios econômicos futuros de outra forma.

Percebam que o contrato de cessão direitos garante o direito de publicar com exclusividade determinada obra pelo prazo de 5 anos e ainda há a expectativa de retorno de 10% ao ano. Alternativa correta.

Gabarito→E

9) Uma empresa apresentava, em 01/01/2013, o seguinte balanço patrimonial:

Ativos		Passivos + PL	
Terrenos	R\$ 1.000,00	Capital Social	R\$ 1.000,00
Total	R\$ 1.000,00	Total	R\$ 1.000,00

Em 2013 a empresa vendeu o terreno por R\$ 4.000,00 à vista e pagou imposto de renda de 34% sobre o lucro.

Considerando apenas essa transação, assinale a opção que indica o valor que foi gerado pela atividade de investimento na DFC 2013.

- a) R\$ 1.360,00.
- b) R\$ 1.980,00.
- c) R\$ 2.640,00.
- d) R\$ 2.980,00.
- e) R\$ 4.000,00

Comentários:

A empresa vendeu por \$ 4.000 um terreno que custou \$ 1.000. Portanto, conseguiu um ganho de capital de \$3.000, sobre os quais pagou imposto de renda de 34%.

Imposto de renda = \$ 3.000 x 34% = \$ 1.020

O recebimento da venda do terreno (\$ 4.000) é uma entrada do fluxo de atividades de investimento.

E o Imposto de renda?

Normalmente, o imposto de renda (e a Contribuição Social sobre o Lucro) é classificado entre as atividades operacionais.

Mas, quando o Imposto de renda for identificado com uma determinada transação, da qual resultem fluxos de caixa que sejam classificados como atividades de investimento ou de financiamento, o fluxo de caixa dos impostos deve ser classificado como atividade de investimento ou de financiamento

Conforme o Pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa:

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

35. Os fluxos de caixa referentes ao imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) devem ser divulgados separadamente e devem ser classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais, a menos que possam ser identificados especificamente como atividades de financiamento e de investimento.

36. Os tributos sobre o lucro (IR e CSLL) resultam de transações que originam fluxos de caixa que são classificados como atividades operacionais, de investimento ou de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa. Embora a despesa com impostos possa ser prontamente identificável com as atividades de investimento ou de financiamento, torna-se, às vezes, impraticável identificar os respectivos fluxos de caixa dos impostos, que podem, também, ocorrer em período diferente dos fluxos de caixa da transação subjacente. Portanto, os impostos pagos são comumente classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais. Todavia, quando for praticável identificar o fluxo de caixa dos impostos com uma determinada transação, da qual resultem fluxos de caixa que sejam classificados como atividades de investimento ou de financiamento, o fluxo de caixa dos impostos deve ser classificado como atividade de investimento ou de financiamento, conforme seja apropriado. Quando os fluxos de caixa dos impostos

forem alocados em mais de uma classe de atividade, o montante total dos impostos pagos no período também deve ser divulgado.

Assim, nesta questão, temos:

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	
Recebimento da venda de Terreno	R\$ 4.000,00
Pagamento de IR sobre ganho de capital	-R\$ 1.020,00
Total de caixa gerado	R\$ 2.980,00

Essa também foi sinistra hahah!! FGV tem cada questão!

Gabarito → D.

10) **(FCC/ARTESP/Contabilidade/2017)** Em 31/12/2015, a Cia. de Minérios adquiriu um caminhão, por meio de arrendamento mercantil financeiro, para ser pago em 5 prestações anuais, iguais e consecutivas, de R\$ 80.000,00 cada, vencendo a primeira em 31/12/2016. Sabe-se que o valor presente das prestações era R\$ 303.000,00 e que se a Cia. de Minérios tivesse adquirido o caminhão à vista, teria pago R\$ 310.000,00 (valor justo).

Com base nestas informações, a Cia. de Minérios reconheceu

- (A) um passivo no valor de R\$ 400.000,00 na data da aquisição.
- (B) despesa financeira no valor de R\$ 97.000,00 no ano de 2016.
- (C) um ativo no valor de R\$ 310.000,00 na data da aquisição.
- (D) um ativo no valor de R\$ 310.000,00 e um ganho no valor de R\$ 7.000,00 na data da aquisição.
- (E) um ativo no valor de R\$ 303.000,00 na data da aquisição.

Comentários:

Questão que combina ensinamentos do CPC 06 – Arrendamento Mercantil Financeiro e CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Vale lembrar que essa questão é marca registrada da FCC, pois esse formato já foi cobrado pela banca em diversos concursos.

Poderíamos resolver a questão rapidamente se lembrássemos do CPC 06, que afirma que o bem objeto de arrendamento mercantil deverá ser registrado pelo **menor** valor dentre o valor presente das prestações a pagar e o valor justo. A questão informa que o valor presente das prestações é de 303.000 e valor justo é de 310.000. Portanto, o bem será registrado por 303.000, alternativa "E".

Vamos iremos fazer a contabilização completa e vamos analisar o erro de cada alternativa.

Arrendamento Mercantil a pagar = $5 \times 80.000 = 400.000$.
Valor presente das prestações = 303.000.

Portanto, temos encargos financeiros a transcorrer de $400.000 - 303.000 = 97.000$.

Contabilização:

D – Ativo Imobilizado (Ativo)	R\$ 303.000
D – Encargos a Transcorrer (Passivo)	R\$ 97.000
C - Arrendamento Mercantil a pagar	R\$ 400.000

Vamos analisar cada alternativa:

(A) um passivo no valor de **R\$ 400.000,00** na data da aquisição. **Errado**, pois a empresa reconhecerá no passivo 400.000 de Arrendamento a pagar, mas também reconhecerá 97.000 como Encargos Financeiros a Transcorrer, conta retificadora. O efeito líquido no Passivo será de $400.000 - 97.000 = 303.000$. Cuidado, muitos acabam considerando apenas a Contabilização do Arrendamento a Pagar e consideram esse item correto. Não caia nessa!!!

(B) **despesa financeira no valor de R\$ 97.000,00** no ano de 2016. **Errado**, 97.000 é o valor dos encargos que serão apropriados ao resultado financeiro ao longo de toda operação. Para sabermos o valor da despesa financeira reconhecida no ano de 2016 precisamos da taxa de juros da operação, que não foi fornecida, mas com certeza não será 97.000.

(C) um ativo no valor de R\$ **310.000,00** na data da aquisição. **Errado**, o reconhecimento no Ativo será de 303.000, pois é o menor valor entre o valor presente da operação e seu valor justo.

(D) um ativo no valor de **R\$ 310.000,00 e um ganho no valor de R\$ 7.000,00** na data da aquisição. **Errado**, já vimos que o Ativo será reconhecido 303.000, portanto, não há o que se falar de ganho de 7.000.

(E) um ativo no valor de R\$ 303.000,00 na data da aquisição. Correto.

Gabarito → E

E aí, pessoal! Espero que tenham gostado das questões e, principalmente, que vocês tenham tido um bom resultado. Acompanhem o nosso trabalho, pois semanalmente preparamos simulados para vocês de Contabilidade Geral, Análise das Demonstrações Contábeis e Contabilidade de Custos.

Um forte abraço e fiquem com Deus!!!